



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

Patricia Dal-Bó Pamplona

***Impunes
2500 dias da Operação Moeda Verde***

**RELATÓRIO TÉCNICO
do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*
ministrada pela Prof^{ra}. Gislene Silva
no segundo semestre de 2014**

Orientador(a): Prof. Rogério Christofolletti

**Florianópolis
Dezembro de 2014**

	FICHA DO TCC Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC	
ANO	2014	
ALUNO	Patricia Dal-Bó Pamplona	
TÍTULO	<i>Impunes – 2500 dias da Operação Moeda Verde</i>	
ORIENTADOR	Rogério Christofolletti	
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso
	<input type="checkbox"/>	Rádio
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo
	<input type="checkbox"/>	Foto
	<input type="checkbox"/>	Web site
	<input type="checkbox"/>	Multimídia
CATEGORIA	Pesquisa Científica	
	Produto Comunicacional	
	Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	Reportagem livro-reportagem (x)	(x) Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País: _____
ÁREAS	Política, ambiental, legislação, Polícia Federal, Moeda Verde	
RESUMO	Em maio de 2007, políticos e empresários de renome em Florianópolis (SC) foram presos temporariamente na deflagração da Operação Moeda Verde, da Polícia Federal. A operação investigou irregularidades na liberação de licenças ambientais e alvarás de funcionamento em diversos órgãos municipais. Este Trabalho de Conclusão de Curso é um livro-reportagem que se propõe a narrar os acontecimentos desde a deflagração até os dias atuais, esmiuçando as ligações existentes para que as fraudes se realizassem na administração municipal. As fontes são os indiciados, policiais, juízes, desembargadores e procuradores federais, e jornalistas.	

AGRADECIMENTOS	4
1. RESUMO	5
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA	6
2.1. A INVESTIGAÇÃO	6
2.2. O INQUÉRITO	7
3. ESCOLHA E PERTINÊNCIA DA PAUTA	9
4. JUSTIFICATIVA DO FORMATO	10
5. PROCESSO DE PRODUÇÃO	11
5.1. PESQUISA E PRÉ-PRODUÇÃO	11
5.2. APURAÇÃO	11
5.2.1. FONTES	13
5.3. PRODUÇÃO DOS TEXTOS	15
5.4. DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO	16
6. CUSTOS	17
7. DIFICULDADES E APRENDIZADOS	18
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20
9. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	21

AGRADECIMENTOS

Agradeço às colaborações de todos me acompanharam durante o extenso processo de pesquisa e apuração deste Trabalho de Conclusão de Curso. A ajuda de vocês foi essencial.

Ao meu pai, Beto Pamplona, pelo apoio incondicional. À minha mãe, Soraya Pamplona e ao meu irmão, Bruno Pamplona, também pelo apoio e pelas consultorias jurídicas.

Aos meus amigos pelo incentivo.

Ao meu namorado, Wesley Klimpel, por nunca me deixar desistir e pela disponibilidade para consultas jornalísticas nesta longa jornada.

Por fim, um agradecimento especial ao meu orientador, Rogério Christofolletti, que, desde quando este TCC era apenas uma ideia, ajudou-me a concretizá-la.

1. RESUMO

Em maio de 2007, políticos e empresários de renome em Florianópolis (SC) foram presos temporariamente na deflagração da Operação Moeda Verde, da Polícia Federal. A operação investigou irregularidades na liberação de licenças ambientais e alvarás de funcionamento em diversos órgãos municipais. Este Trabalho de Conclusão de Curso é um livro-reportagem que se propõe a narrar os acontecimentos desde a deflagração até os dias atuais, esmiuçando as ligações existentes para que as fraudes se realizassem na administração municipal. As fontes são os indiciados, policiais, juízes, desembargadores e procuradores federais, e jornalistas.

Palavras-chave: livro-reportagem; investigação; Polícia Federal; Moeda Verde; Florianópolis.

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

A Operação Moeda Verde, deflagrada em 3 de maio de 2007, em Florianópolis (SC), gerou grande repercussão entre os habitantes da cidade. Políticos e empresários de renome, junto de servidores públicos, foram presos temporariamente suspeitos de cometer irregularidades na liberação de licenças ambientais e alvarás de funcionamento, entre outros crimes, em diversos órgãos municipais e estaduais. A investigação começou um ano antes, a partir de denúncia do Ministério Público Federal, relacionada a um único empreendimento. No entanto, a partir das escutas telefônicas, descobriu-se muito mais que o esperado.

2.1. A INVESTIGAÇÃO

Em maio de 2006, o Procurador da República Walmor de Alves Moreira denunciou irregularidades na construção do Il Campanário Villaggio Resort, no bairro Jurerê Internacional, localizado no norte da ilha de Florianópolis, capital de Santa Catarina. O questionamento era a autorização dada pela Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA), mesmo com a comprovação por fiscais da Polícia Federal de que ali havia uma nascente. Assim, foi pedido à Polícia Federal que fosse aberto um inquérito para investigar a situação.

Entre abril 21 de julho e 19 de dezembro de 2006, foram realizadas gravações obtidas através da quebra de sigilo telefônico dos suspeitos. Entre dezembro de 2006 e abril de 2007, a Polícia Federal realizou diligências e ouviu suspeitos e envolvidos. O que era para ser uma investigação pontual, transformou-se na descoberta das mais diversas irregularidades em vários empreendimentos de Florianópolis, alguns com obra já concluída. As fraudes ocorriam tanto em órgãos municipais quanto estaduais, envolvendo vereadores e o prefeito da cidade, Dário Berger.

Ainda em abril de 2007, a delegada responsável pelo caso, Julia Vergara da Silva, encaminhou os relatórios correspondentes aos 26 casos montados pela investigação ao Juiz Substituto Zenildo Bodnar, da 6ª Vara Federal de Florianópolis, responsável por crimes ambientais. A delegada também pediu prisão preventiva de 22 suspeitos e mandados de busca e apreensão em suas casas e escritórios, e em órgãos da administração pública municipal e estadual. Bodnar deferiu os pedidos.

Foram 170 policiais federais a cumprir mais de 30 mandados de busca e apreensão e prisão preventiva de 19 dos 22 suspeitos no dia 03 de maio de 2007. Os agentes apreenderam

documentos, oito veículos e R\$ 1 milhão em dinheiro. Nos dias subsequentes, os outros três suspeitos se apresentaram na Polícia Federal e até 08 de maio de 2007. O inquérito entregue à Justiça Federal continha 743 páginas e 54 indiciados por cometer 26 crimes, alguns mais de uma vez pelo mesmo crime.

2.2. O INQUÉRITO

Após a finalização das investigações, o inquérito foi para a Justiça Federal de Florianópolis, que encaminhou os relatórios para a instância superior ainda no fim de 2007, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, já que Dário Berger era prefeito de Florianópolis e possuía foro privilegiado. O desembargador responsável na segunda instância era Luiz Fernando Wowk Penteadado.

Ainda antes de ser encaminhado para o TRF-4, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi formada em maio de 2007. Em julho, Juarez Silveira, um dos vereadores envolvidos e o suposta chefe da quadrilha, e Marcílio Guilherme Ávila, na época presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, tiveram seus mandatos cassados. Ainda que a decisão tenha sido inédita, a CPI acabou por não responsabilizar ninguém.

Desde dezembro de 2008 até maio de 2012, vários julgamentos foram anunciados, alguns de fato ocorreram, mas não houve definição. Com o fim do mandato de Dário Berger, acabava também seu foro privilegiado, mas iniciava o de outro. Carlos Amastha foi eleito prefeito de Palmas, em Tocantins, e o TRF-4 julgou, em abril de 2013, encaminhar o inquérito para o TRF-1, em Brasília. Cabia a este tribunal decidir se desmembrava ou não o processo.

O TRF em Brasília recebeu o inquérito em junho de 2013, tendo como responsável pelo processo a desembargadora Mônica Sifuentes. Ao contrário do tribunal em Porto Alegre e da Justiça Federal em Florianópolis, após poucas movimentações o processo foi encaminhado para a Procuradoria Regional da República da 1ª Região, onde se encontra atualmente, desde de outubro de 2013, no gabinete do Procurador Regional da República Guilherme Zanina Schelb.

A Justiça Federal de Florianópolis recebeu de volta o inquérito, já desmembrado, em dezembro de 2013. O juiz responsável agora é Marcelo Krás Borges, da 6ª Vara Federal, que no mesmo mês encaminhou os 30 volumes e 100 apensos para o Ministério Público Federal, para manifestação. Isso quer dizer que, neste momento, o promotor João Marques Brandão Neto, do MPF, decide se oferece ou não a denúncia de um caso iniciado em 2007.

É neste contexto que este livro-reportagem pretende informar a população local sobre o que de fato ocorreu em um dos seus maiores escândalos políticos. A linguagem de literatura policial, utilizada como recurso para narrar os acontecimentos, tem a intenção de tornar a leitura mais agradável, visto este ser um tema de difícil compreensão, tanto pelos termos normalmente utilizados, quanto pela complexidade da burocracia local.

3. ESCOLHA E PERTINÊNCIA DA PAUTA

A Operação Moeda Verde teve intensa cobertura da imprensa local durante sua deflagração e primeiros desdobramentos. No entanto, como acontece a maioria das vezes na imprensa diária, o caso foi gradualmente perdendo importância tanto pela lentidão do judiciário quanto por já ser “notícia velha” para os veículos. Assim, não existe material que trate do caso desde o seu princípio sem ser de maneira fragmentada.

Assim se dá a importância deste trabalho, não só em unificar os fragmentos das notícias passadas, quanto fazer uma suíte do vem acontecendo desde 2007. São sete anos de impunidade por parte dos culpados, 2500 dias sem que nada tenha se resolvido. A operação acaba caindo no esquecimento da população local, sendo este um dos maiores casos de corrupção em Florianópolis. Mesmo que se lembrem, acabam por não ter onde encontrar informação, a não ser por notícias esporádicas, quase que boletins anuais, e pequenas notas de colunistas.

O livro também se torna importante para entender exatamente quais crimes foram cometidos, suas consequências e suas penas – e se estas ainda não prescreveram. São por esses motivos, o de contar de maneira unificada e única a história da Operação, o de contar também a história dos envolvidos e o de esclarecer o que foi o caso e sua importância, que *Impunes – 2500 dias da Operação Moeda Verde* se justifica.

4. JUSTIFICATIVA DO FORMATO

A opção pelo de livro-reportagem se baseia em três principais aspectos. Primeiramente, neste formato, há mais liberdade editorial, não sendo necessário pensar uma reportagem para determinado veículo e seu público-alvo. O autor pode pensar apenas em quem ele quer atingir, neste caso, os habitantes de Florianópolis. Além disso, o livro é um trabalho de criação, em que o autor, e somente ele é responsável pelo que escreve.

Outra justificativa da escolha diz respeito ao espaço e a periodicidade. É da natureza do livro não possuir data para expirar, nem limites de caracteres, ou páginas. Isso permite uma melhor contextualização do assunto, o que se torna necessário, dado o tempo decorrido desde a investigação e a falta de informação da população, tanto à época, como atualmente. Como explica Eduardo Belo (2006, p. 41):

[...] livro-reportagem é um instrumento aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico. Por suas características, não substitui nenhum meio de comunicação, mas serve como complemento a todos. É o veículo no qual se pode reunir a maior massa de informação organizada e contextualizada sobre um assunto.

Por fim, por se tratar de uma história complexa, com muitos personagens, foi escolhida uma linguagem de literatura policial. Este tipo de ficção, que reúne nomes como Ágatha Christie e Dennis Lehane, traz, muitas vezes, tramas difíceis e inacreditáveis, da mesma forma que a história contada em *Impunes – 2500 dias da Operação Moeda Verde*.

Quem investe em livro-reportagem no Brasil o faz em nome de um jornalismo mais vibrante e amo mesmo tempo mais inspirado e criativo do que o praticado na mídia do dia-a-dia das redações. O faz por amor à reportagem e pela necessidade de contar histórias que atualmente não cabem em outros veículos – por força de limitações técnicas ou das circunstâncias. (BELO. 2006, p. 36)

É importante destacar que este livro-reportagem não teve o intuito de fazer uma investigação, tornando-o um livro de jornalismo investigativo e, sim, um livro-reportagem baseado em uma investigação. A diferença foi feita de acordo com a definição de Solano Nascimento: “jornalismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista” (2010, p. 13).

5. PROCESSO DE PRODUÇÃO

5.1. PESQUISA E PRÉ-PRODUÇÃO

Como parte do trabalho de jornalista também é a pesquisa, e “a pesquisa é a base do melhor jornalismo” (LAGE, Nilson. 2001, p.134), a elaboração deste livro-reportagem exigiu uma busca extensa e aprofundada. Desde fevereiro de 2013, foram pesquisados documentos e notícias relacionadas à Operação, principalmente do Diário Catarinense, jornal de circulação estadual.

Os documentos pesquisados tratavam da movimentação do inquérito na Justiça Federal de Florianópolis, nos Tribunais Regionais Federais das 1ª (Brasília) e 4ª (Porto Alegre) regiões e na Procuradoria Regional da República da 1ª região. Também foi possível a obtenção do inquérito policial através da colaboração de um colega que já tratara de assunto similar.

Em paralelo, foi necessário um estudo para compreender os trâmites processuais e a linguagem utilizada nos documentos. Isso foi feito consultando bacharéis em direito e pesquisa na internet. O sistema judiciário brasileiro é complexo, podendo ser comparado ao que traz Vivaldo de Sousa sobre o sistema eleitoral:

Como ocorrem eleições a cada dois anos no Brasil, os jornalistas que cobrem política, seja em Brasília ou nos estados, também precisam ter noções sobre o sistema eleitoral brasileiro e as regras eleitorais, que costumam ser alteradas um ano antes de cada pleito. (In: SEABRA & SOUSA, 2006, p. 205)

A pesquisa e o estudo são importantes, como aponta Eduardo Belo (2006, p. 47). “O autor tem de ter o domínio do tema, saber exatamente o que contar e que relações estabelecer ao longo da narrativa.”

Como parte da pré-produção, também foi feito o levantamento das fontes, que reúne tanto os indiciados, como juízes, promotores e jornalistas.

5.2. APURAÇÃO

A leitura do inquérito fez parte da apuração de material, pois a primeira parte do livro, que narra o desenrolar da trama, baseou-se nas informações lá contidas. Foi necessário um mês para a leitura completa das 743 páginas e elaboração do seu resumo. Esta etapa se desenrolou durante os meses de março e abril de 2014.

Outro método de apuração, para tratar das consequências da trama, foram as entrevistas, características da profissão do jornalista. De acordo com a classificação de Lage, elas foram classificadas em dois tipos. Primeiro, por seus objetivos:

[...] b) temática – aborda um tema, sobre o qual supõe que o entrevistado tenha condições e autoridade para discorrer. Geralmente consiste na exposição de versões ou interpretações de acontecimentos [...]; c) testemunhal – trata-se do relato do entrevistado sobre algo de que ele participou ou a que assistiu. (LAGE, 2001, p. 74 e 75)

E por suas circunstâncias:

[...] d) dialogal – é a entrevista por excelência. Marcada com antecipação, reúne entrevistado e entrevistador em ambiente controlado – sentados, em geral, e, de preferência, sem a interveniência de um aparato (como uma mesa de escritório) capaz de estabelecer hierarquia (quem se senta diante das gavetas da mesa assume, de certa forma, posição de mando). (LAGE, 2001, p. 77)

Essas classificações de entrevistas foram escolhidas por se encaixarem na maneira em que as mesmas se realizaram. Na primeira classificação, pelos objetivos, desejava-se entrevistar os indiciados, o que, infelizmente, não foi possível, devido à falta de resposta ou negativas dos mesmos. Foram ao menos quatro tentativas de contato, com nenhum retorno positivo. Essas seriam entrevistas temáticas.

Também pelos objetivos, mas de forma testemunhal, houve tentativas de entrevistas com os policiais federais que participaram da operação, sem sucesso, pois, por norma interna, não puderam se manifestar, limitando, assim, a uma conversa com a delegada responsável, Julia Vergara. Contudo, ela se lembrava de poucos detalhes.

Já as entrevistas com o procurador responsável pelo caso no MPF, João Brandão Néto, foram temáticas, pois tratavam do tema Moeda Verde, sobre o qual ele tem autoridade para falar, sendo responsável pelo caso. Também objetivava-se falar com o juiz substituto responsável pelo inquérito à época, Zenildo Bodnar, e o juiz da 6ª Vara Federal de Florianópolis, Marcelo Krás Borges. Porém, o primeiro afirmou ser conduta da Justiça Federal o pronunciamento apenas do responsável atual. Já Marcelo disse não poder se pronunciar, pois não estudou o processo, encaminhando-o diretamente ao MPF. As duas entrevistas com o procurador se deram de maneira objetiva e programada, tornando-as do tipo dialogal por circunstância.

Ainda que não tenha havido sucesso nas entrevistas com os indiciados, fizeram-se necessários alguns cuidados ao falar com Brandão e Vergara. Como o inquérito está sob sigilo de justiça, foi preciso ter uma conduta como a que Helena Chagas traz em uma de suas nove regras para entrevistas políticas:

Regra 8: Entrevista ao vivo precisa ter técnica, ritmo, objetividade – É preciso deixar o entrevistado relaxar antes de encaixar as perguntas mais difíceis. Evitar perguntas

do tipo “o senhor acha isso ou aquilo”, que dão alternativas para o entrevistado. As perguntas devem ser secas, curtas e diretas. Ele que se vire para responder. (In: SEABRA & SOUSA, 2006, p. 170 e 171)

5.2.1. FONTES

A lista de fontes é extensa, sendo dividida entre fontes primárias, secundárias e *experts*.

Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais. (...) *Experts* são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos. (LAGE, 2001, p. 65-67)

Para melhor entender o quadro de fontes, suas funções e sua classificação, foi elaborada a tabela 1, exposta a seguir:

Tabela 1

Nome	Atuação	Tipo
Adir Cardoso Gentil	Campanha de Djalma Berger	Primária
Alexandre Confúcio de Moraes Lima	Gerente de Licenciamento FATMA	Primária
Amílcar Lebarbenchon da Silveira	Restaurante do Amilcar	Primária
Analúcia Hartmann	Procurador da República	Primária
André Luiz Dadam	Gerente Licenciamento FATMA até 2006	Primária
Andréa Hermes Silva	Escritório Ateliê da Arquitetura	Primária
Aurélio Castro Remor	Secretário Municipal de Obras	Primária
Aurélio Paladini Filho	Proprietário Magno Martins	Primária
Carlos Enrique Franco Amastha	Empreendedor Shopping Floripa	Primária
Carlos Roberto de Rolt	Secretário Municipal da Receita	Primária
Cassiano Luiz Monguilhott	Empresa Meridiano	Primária
Clóvis Alexandre Feller	Terceirizado FATMA	Primária
Dário Elias Berger	Prefeito de Florianópolis	Primária
Dilmo Wanderley Berger	Proprietário CASVIG	Primária
Edelberth Adam	Diretor Operacional FLORAM	Primária
Fernando Marcondes de Mattos	Proprietário Costão do Santinho	Primária
Fernando Tadeu Soledade Habckost	Funcionário Habitasul	Primária
Francisco Rzatki	Superintendente FLORAM	Primária
Gilson Luiz Junckes	Proprietário Junckes Construtora	Primária
Guilherme Zanina Schelb	Diretor Habitasul em Florianópolis	Primária
Hélio Scheffel Chevarria	Engenheiro da área de licenciamento	Primária

	FATMA	
Heriberto Hülse Neto	Ex-servidor FATMA	Primária
Hudson Paulo da Silva	Diretor-presidente do IpuF e Secretário de Defesa do Cidadão	Primária
Ildo Raimundo da Rosa	Chefe gabinete Juarez Silveira	Primária
Itanoir Cláudio da Rosa	Procurador-geral de Florianópolis	Primária
Jaime de Souza	Diretor de administração FATMA	Primária
Jânio Wagner Constante	Diretora de Planejamento IPUF	Primária
Jeanine Mara Tavares	Proprietário BISTEK	Primária
João Carlos Ghislandi	Representante do trade hoteleiro	Primária
João Moura Neto	Gerente de Planejamento do IPUF	Primária
José Francisco Rocha	Servidor Secretaria de Obras	Primária
José Nilton Alexandre	Gerente de Planejamento do IPUF	Primária
José Rubens Morato Leite	Doutor em Direito Ambiental	<i>Expert</i>
Juarez Silveira	Vereador de Florianópolis	Primária
Julia Vergara	Delegada Polícia Federal	Primária
Lauro Santiago Fernandes	Servidor licenciado	Primária
Leandro Schoenninger	Gerente Administrativo Habitasul	Primária
Lírio José Legnani	Servidor IPUF	Primária
Marcelo Krás Borges		Primária
Marcelo Vieira Nascimento	Técnico da FLORAM	Primária
Marcílio Guilherme Ávila	Vereador de Florianópolis e pres. Santur e Câmara	Primária
Margarida Milani Quadros	Arquiteta Iguatemi	Primária
Mário Altamiro Vieira Alano	Servidor FATMA	Primária
Mário Cavallazzi	Secretário de Turismo	Primária
Marli M. Joner da Silveira	Bióloga FATMA	Primária
Michel Curi	Secretário Municipal de Assuntos Institucionais	Primária
Moacir Pereira	Colunista de Política DC	Secundária
Mozara Lenzi	Sócia e administradora do restaurante Pegorini	Primária
Newton Cascaes Pizzolatti	Servidor FATMA	Primária
Odilon Furtado Filho	Ex-Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos	Primária
Oracil Robson Nascimento	Proprietário escritório Robson Nascimento Arquitetura	Primária

Paulo César Maciel da Silva	Empreendedor do Iguatemi e proprietário Santa Fé Veículos	Primária
Paulo R. Orofino	Servidor FATMA	Primária
Paulo Toniolo Júnior	Sócio DVA Automóveis	Primária
Percy Haensch	Proprietário Colégio Energia	Primária
Péricles de Freitas Druck	Diretor-presidente Habitasul	Primária
Policial Federal presente na deflagração	Policial Federal	Primária
Renato Joceli de Souza	Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos	Primária
Rodolfo Sigfried Matte Filho	Chefe da divisão de normas urbanísticas SUSP	Primária
Rodrigo Bleyer Bazzo		Primária
Rubens Bazzo	Engenheiro SUSP	Primária
Sebastião David Machado	Fiscal de Obras SUSP	Primária
Sérgio Lima de Almeida	Médico e um dos proprietários da SOS Cardio	Primária
Tatiana Filomeno Vaz	Escritório Ateliê da Arquitetura	Primária
Walmor Oliveira	Procurador da República	Primária
Zenildo Bodnar	Juiz Substituto Vara Ambiental de Florianópolis	Primária

5.3. PRODUÇÃO DOS TEXTOS

O texto do livro-reportagem começou a ser produzido em agosto. Como base, foi utilizado o resumo do inquérito da Polícia Federal, para elaborar a trama da melhor maneira para o leitor e transferir os diálogos. Ao mesmo tempo, seguia as tentativas de entrar em contato com as fontes e as entrevistas com o procurador Brandão.

Para conseguir organizar uma linha a ser seguida pela trama, desenhou-se um esqueleto com nomes hipotéticos dos capítulos. Nesse desenho, em cada capítulo, foram unidos os casos que apresentavam características em comum. Desta forma, foi possível reduzir um inquérito de 26 casos em uma trama de sete capítulos. Os casos que tratavam de assuntos muito isolados – o da construção de uma Pequena Central Hidrelétrica em Caçador, do porte da arma de fogo de Aurélio Remor, da atuação chamada *free lancer* de Rubens Bazzo e da supressão de documentos por André Dadam – foram tratados na segunda parte, por não se relacionarem de maneira próxima à trama principal.

Em novembro, foi finalizada a primeira parte e já se iniciou a segunda, em que a análise dos crimes, da defesa e do encaminhamento do processo foi feita. A revisão por parte do orientador se dava à medida que os textos eram encaminhados. Todas as correções foram por mim analisadas e reencaminhadas ao orientador em novembro, quando foi realizada a revisão

final. Até o último dia anterior a impressão deste relatório e do livro, entrei em contato com os indicados, na esperança de conseguir uma declaração.

5.4. DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO

A edição dos títulos dos capítulos foi um trabalho demorado, visto a dificuldade em elaborar títulos que se relacionem tanto com o conteúdo, como entre si. Essa edição foi feita em conjunto meu com o orientador.

A diagramação foi feita por mim, na última semana antes da impressão deste relatório e do livro. Com os capítulos escritos e os títulos feitos, a diagramação foi rápida. Não há ilustrações internas, apenas a da capa, feita por mim, com material genérico encontrado na internet.

Para escolher o tamanho e as margens das páginas, utilizei o livro “Jornalismo Investigativo e Pesquisa Científica: Fronteiras”.

6. CUSTOS

Como a apuração foi local, houve apenas custos mínimos com ligações telefônicas. O valor gasto mais expressivo foi com a impressão de três exemplares do livro e deste relatório, totalizando R\$ 200,00. Valor custeado pela autora.

7. DIFICULDADES E APRENDIZADOS

As dificuldades encontradas estavam relacionadas, principalmente, à leitura e compreensão do material pesquisado, ao acesso às fontes e à elaboração do texto. As entrevistas com os procuradores precisavam ser agendadas com, pelo menos, um mês de antecedência. Isso exigiu planejamento para que os prazos não fossem extrapolados. Já dos 55 indiciados pela Polícia Federal, 28 não foram localizados e 27 não responderam às, ao menos, quatro tentativas de contato.

A leitura e compreensão dos trâmites, do inquérito e outros documentos foi trabalhosa, dado o vocabulário utilizado. No inquérito, não apenas isso, mas certos procedimentos e a repetição de expressões também dificultavam o trabalho.

Por fim, a elaboração e edição do texto também foram dificuldades encontradas, dado o grande volume, que somaram mais de 150 mil caracteres. Ao longo da faculdade, a maior produção textual fora uma reportagem-conto de 13 mil caracteres. Trabalhar com a grande quantidade de informações contidas no livro e escrevê-las com viés literário foi um dos maiores desafios. Este se soma a outra dificuldade minha em seguir uma lógica nos tempos verbais no início, visto que a maioria dos textos escritos na graduação eram factuais ou grande-reportagem.

O caráter da obra requer a preocupação também com delimitar os fenômenos no tempo e no espaço. São necessários alguns cuidados com expressões temporais como “ainda hoje” e “no ano passado”. Fazem todo sentido no periódico e nenhum no livro. O emprego dos tempos verbais pode ser um desafio. (BELO. 2006, p. 123)

Da mesma maneira que esses desafios foram encontrados, eles serviram de grande aprendizado. Foi preciso enfrentar o medo de tratar de um assunto polêmico com as fontes, ainda que estas não tenham atendido as solicitações de entrevista. Outra grande contribuição foi o conhecimento de legislação e noções de direito adquiridos para compreender e explicar para o leitor da melhor maneira.

Já a maior lição jornalística foi conseguir escrever um livro-reportagem, aperiódico e atemporal, fugindo completamente do ambiente de redações.

No livro, a reportagem continua sendo reportagem, seguindo as mesmas fórmulas adotadas em outros veículos. As mudanças são meras adaptações ao meio. Mas com um ingrediente a mais: intensidade. Intensidade na apuração, para conectar o maior número de acontecimentos possíveis a fim de explicar com detalhes a história, e intensidade de edição, de modo a tornar o texto ao mesmo tempo informativo, denso, linear, correto, agradável e sobretudo completo. (BELO. 2006, p. 70)

A intensidade exigida, como trouxe Eduardo Belo, transformou-se em uma última lição, a de persistência. Foi preciso persistência para enfrentar os desafios, contatar fontes, estudar algo que não necessariamente estava ligado ao jornalismo diretamente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO, Eduardo. Livro-reportagem. São Paulo: Contexto, 2006.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NASCIMENTO, Solano. Os Novos Escribas: O Fenômeno do Jornalismo Sobre Investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (orgs.). Jornalismo político: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

9. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHRISTIE, Agatha. Assassinato no Expresso Oriente. Rio de Janeiro: Record, 1986.

CHRISTIE, Agatha. Morte na Mesopotâmia. Rio de Janeiro: Record, 1987.

CHRISTIE, Agatha. The Murder of Roger Ackroyd. Londres: HarperCollins Publisher, 2002.

FIGUEIREDO, Lucas. Morcegos Negros: PC Farias, Collor, Máfias e a História que o Brasil Não Conheceu. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FLORIANÓPOLIS. Inquérito Policial n. 689/2006 de 25 jul. 2006. Superintendência da Polícia Federal em Santa Catarina. Ministério da Justiça.

LEHANE, Dennis. Sobre Meninos e Lobos. 2ª edição; São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PEREIRA, Moacir. O Golpe das Letras. Florianópolis, SC: Insular, 1997.